



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A QUESTÃO SOCIAL E FORMAÇÃO SOCIAL DO BRASIL

KARINA MENDES VICENTE ¹

Resumo: Este artigo tem como discussão central a “questão social” e a formação social no Brasil com o objetivo de possibilitar reflexões sobre o exercício do Serviço Social, no entanto, os apontamentos realizados aqui consistem em aproximações da realidade brasileira, considerando que no processo de aprendizagem, características da formação de algumas regiões do Brasil são desconsideradas. Contudo, há de se considerar que a “questão social”, tal como o Serviço Social, estão atrelados à dinâmica do capitalismo, dessa forma, é possível vincula-los à formação do país, mesmo que a história seja centralizada em uma parte dele, para posteriormente, identificar lacunas que possam envolver características de outras regiões, que nem sempre são consideradas na história da formação do país. **Palavras-chave:** Serviço Social. Questão Social. Formação Social Brasileira.

Abstract: This article has as its central discussion the "social question" and social formation in Brazil with the objective of allowing reflections on the exercise of Social Work, however, the notes made here consist of approximations of the Brazilian reality, considering that in the learning process, characteristics of the formation of some regions of Brazil are disregarded. However, it must be considered that the "social question", such as Social

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Do Pará

Work, are linked to the dynamics of capitalism, in this way, it is possible to link them to the formation of the country, even if history is centralized in a part of it, to later identify gaps that may involve characteristics of other regions that are not always considered in the history of the formation of the country. **Keywords:** Social Work. Social Question. Brazilian Social Formation.

1. INTRODUÇÃO

Pesquisar e compreender a “questão social” e a formação social no Brasil nos possibilita desenvolver importantes reflexões sobre o exercício do Serviço Social. No entanto, é válido ressaltar que o Brasil possui dimensões continentais e as reflexões proporcionadas em um pequeno texto são insuficientes para expressar a completude da história do país. Dessa forma, no presente artigo, será realizada uma breve aproximação daquilo que geralmente é contado sobre a questão social atrelado a formação social do Brasil.

A questão social e suas relações com o Serviço Social no Brasil tem sido tema presente na agenda da categoria, e vem ganhando centralidade crescente nos debates de profissionais, estudantes e pesquisadores da profissão. Tal centralidade

indica a relevância do aprofundamento de estudos e pesquisas que desvendem o movimento e as contradições dos processos pelos quais o Serviço Social tem se aproximado do debate crítico acerca da “questão social” nas sociedades capitalistas contemporâneas.

As mudanças na dinâmica do capitalismo afetam o mundo do trabalho, seus processos e sujeitos, além de provocarem redefinições profundas nas expressões da questão social, na luta de classes, no papel do Estado e nas configurações das políticas sociais, desencadeando novas requisições, demandas e desafios ao exercício profissional de assistentes sociais.

Sendo assim, este artigo propõe apontamentos sobre a “questão social” e o processo de formação social do Brasil entendendo que estes são elementos fundamentais na compreensão da direção do projeto ético-político profissional e incorporação de determinadas concepções teóricas por parte dos assistentes sociais.

Para isso, o trabalho irá apresentar um contexto histórico da “questão social” desde sua gênese; irá tratar da formação social brasileira e como a “questão social” se desenvolve nesta conjuntura. Também irá trazer elementos da “questão social” com a profissão de Serviço Social. Por fim, temos a conclusão trazendo os resultados e as possibilidades para novas pesquisas na área.

2. DESENVOLVIMENTO

Na terceira década do século XIX, teve início a utilização do termo “questão social” como resposta ao novo fenômeno na história da humanidade: o pauperismo, causado pelos impactos da Revolução Industrial e dos fatores que a motivaram (NETTO, 2001, p. 42). Vale destacar que, esse fenômeno – pauperismo - aparece como novo, pois “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2001, p. 42).

Em outras palavras, no período em que a sociedade produzia muitos bens e serviços, a lógica era de melhorar as condições de vida da população, mas essa lógica se

mostrou inversa, de maneira que aumentava o número de indivíduos que não alcançavam os bens e serviços produzidos por eles mesmos (NETTO, 2001).

Numa palavra: a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o pauperismo – aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão. Este pauperismo marca a emergência imediatamente visível da dimensão mais evidente da moderna barbárie, a barbárie capitalista (NETTO, 2012, p. 203-204).

Nomear esse fenômeno do pauperismo como “questão social” tinha relação direta com os desdobramentos sócio-políticos da época, tendo em vista que a classe que sofria com a extrema pobreza, não se calava diante de suas necessidades e começaram a aparecer como uma ameaça à ordem burguesa. Diante disso, a expressão “questão social” passa a ser utilizada no “vocabulário próprio do pensamento conservador”, (NETTO, 2012, p. 204) onde o “social” é compreendido “como algo natural, a-histórico, desarticulado dos fundamentos econômicos e políticos da sociedade, portanto, dos interesses e conflitos sociais” (MONTAÑO, 2012, p. 271) e “[...] da forma com que a sociedade produz e reproduz as relações sociais” (BEHRING; SANTOS, 2006, p. 2).

Começa-se a se pensar a ‘questão social’, a miséria, a pobreza, e todas as manifestações delas, não como resultado da exploração econômica, mas como fenômenos autônomos e de responsabilidade individual ou coletiva dos setores por elas atingidas. A ‘questão social’, portanto, passa a ser concebida como questões isoladas, e ainda como fenômenos naturais ou produzidos pelo comportamento dos sujeitos que os padecem (MONTAÑO, 2012, p. 272).

Dessa maneira, o pensamento revolucionário da época, “[...] passou a identificar, na própria “questão social”, uma tergiversação conservadora, e a só empregá-la indicando esse traço mistificador” (NETTO, 2001, p. 45). Da mesma forma, o Serviço Social, “[...] como um dos elementos que participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas”, (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 71) ao se apropriar do termo, entende que a “questão social” se refere às “[...] contradições inerentes ao capitalismo” (BEHRING; SANTOS, 2006, p. 5), ou seja, o conflito entre o capital e trabalho.

Portanto, a “questão social” é uma nomenclatura que expressa às manifestações de miséria e pobreza resultantes da exploração que funda as sociedades capitalistas, especialmente com o desenvolvimento da industrialização. É nesse

cenário que começam as respostas para o enfrentamento dessa nova dimensão do capitalismo. É também o momento em que a classe trabalhadora se apresenta como sujeito político. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008).

Assim, a “questão social” é diretamente relacionada ao modo de produção capitalista, no interior do processo de industrialização e do aparecimento do proletariado e da burguesia industrial.

No capitalismo concorrencial, a ‘questão social’ era tratada com ações coercitivas pelo Estado, à medida que a força de trabalho respondia às refrações daquele mediante a organização e mobilização para o alcance de seus direitos sociais. Ou seja, era uma questão de polícia e não de política. É somente com o advento do capitalismo monopolista que a ‘questão social’ torna-se objeto de respostas institucionais por meio de políticas sociais como um mecanismo básico para a reprodução social da força de trabalho e de legitimidade das elites, além da reprodução do capital como pressuposto constitutivo da formação capitalista (SERRA, 2000, p. 171).

Em relação ao Brasil, a formação da “questão social” é resultado de diversas crises econômicas próprias do capitalismo tardio no país. Nesse sentido é possível afirmar que a “questão social” sempre esteve no cerne das lutas sociais desenvolvidas na história do Brasil. É relevante destacar mais uma vez, que a “questão social” passa a compor uma pauta política por representar a insatisfação da população expressada nas lutas por reformas políticas e econômica, reveladas nas manifestações da classe trabalhadora ao longo da formação socioeconômica do país.

Segundo Prado Junior (1970), desde a época do Brasil colônia, enfrentamos complexos problemas sociais, vivenciados inicialmente por uma população que servia como mão de obra escrava e eram submetidos a uma relação de exploração e dominação. Nesse mesmo período histórico, homens e mulheres, geralmente negros e índios, eram socialmente despojados de suas raízes e tentavam formar uma nova cultura.

Para Prado Junior (1970) a maneira como se davam as relações sociais dessa época, nos serve de pista metodológica para afirmarmos a existência das raízes latentes da nossa questão social, ainda na fase colonial de formação da sociedade brasileira.

A diante, nos deparamos com processos de luta ocorridos em 1822 que garantiram ao Brasil, a emancipação política em relação à metrópole portuguesa. Nesse sentido, Silva

(2013) afirma que:

Apesar da ausência de uma “consciência de classe”, devemos considerar que a independência e os movimentos sociais que se seguiram não se constituíram apenas e, tão somente, pela vontade e para responder às necessidades das elites senhoriais e imperiais, até porque não se tratavam de relações simétricas. Havia, sim, uma subalternidade da massa em relação às elites senhoriais, mas também, e ao mesmo tempo, havia uma dominação da metrópole sobre a colônia, o que relativizava o peso da nossa autonomia política (SILVA, 2013, p. 265)

Seguindo para a República, a política ganha avanço no que se refere ao seu entendimento e participação, mas ainda “a própria gestão política se constitui num assunto de interesse particular, e as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem vinculam-se a seus ‘direitos pessoais’ e não a interesses objetivos” (HOLANDA, 1095, p. 146) que infere diretamente na relação de prioridade no que diz respeito à “questão social” e suas expressões no país.

Nesse sentido, Melim (2006) aponta que nesse período histórico,

A troca de favores expandiu seu âmbito da esfera privada, em que existia havia muito tempo, para a esfera pública. O Estado passou, então, a girar em torno de interesses particulares e dos grupos políticos que preservaram o clientelismo e o assistencialismo. Nossa cultura política é permeada pelo rebaixamento dos direitos em favores. Os direitos são concebidos como dádivas, favores concedidos pelos poderosos. Os direitos encontram-se na tensão das relações de dominação transferidas do domínio privado para o interior das relações civis (MELIM, 2006, p.71).

Ainda eram mantidos nesse tempo, “profundos traços da formação colonial e imperial anteriores, composta de uma massa de miseráveis marginalizados do processo político, que trouxeram, em sua bagagem, o germe da fermentação política” (SILVA, 2013, p. 267). A população local se relacionava com os imigrantes que já possuíam experiência na luta operária, que de certa forma, contribuía na geração e construção de uma consciência para si² dentro da classe trabalhadora brasileira, caminhando para se posicionarem frente à

²“A consciência é determinada pela realidade social, e ela é condição para sua transformação” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 98). Além disso, “ao superar a mera percepção imediata e parcial da realidade e a alienada vida cotidiana sob hegemonia do capital, desmistificando a ideologia hegemônica, desenvolve-se uma consciência humano-genérica, em que se dá o transito de uma consciência em si para uma consciência para si” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 110). Onde a primeira corresponde à compreensão do lugar e papel que os indivíduos ocupam no processo de

“questão social”.

Com o Novo Estado, implantado por Getúlio Vargas, o discurso sobre modernidade no país começou a tomar concretude, no que se refere ao trabalho nas fabricas, maquinários, tecnologia, novas formas de investimento econômico e também no que se refere a cultura e a política (SILVA, 2013, p. 268).

Nesse contexto, Iamamoto e Carvalho (2008) observam que, “o Estado busca de diversas formas incentivar as indústrias básicas [...] que viabilizem a expansão do setor industrial, organizando o mercado de trabalho, assim como [...] apoiar a capitalização e acumulação desse setor” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 235). Com isso, o cooperativismo ganha espaço no Brasil e a burguesia industrial é a principal beneficiada com todo o cenário de “acumulação e dominação” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 236) montado no país.

Ainda no Estado Novo, Melim (2006) aponta que a relação existente entre Estado e sociedade, principalmente com a classe trabalhadora, a qual sempre foi suprimida das decisões políticas do país, caminhou para o populismo, o qual se tornou o modelo político-cultural da época, sustentado por uma relação de troca por apoio popular, onde Chauí (1988) afirma que “[...] o político é obrigado a ceder parcialmente diante das reivindicações, mas, por outro lado, pela centralidade mitificada de sua figura, mantém o controle das manifestações e das reivindicações” (CHAUÍ, 1988, p. 20).

Como as demais mudanças anteriores, essas também foram permeadas por crises, problemas econômicos, políticos e sociais, não obstante, depararam com novos sujeitos e condições objetivas para fazer da questão social o centro de preocupações do Estado e da sociedade. Tratou-se, do ponto de vista político, de um período em que o pensamento social se formou por diferentes matizes ideopolíticas, do nacionalismo autoritário ao marxismo revolucionário. Nessa profusão de projetos e ideologias, a classe trabalhadora, antes servil, transforma-se em classe operária como protagonista principal do processo de legitimidade da questão social no Brasil (SILVA, 2013, p. 268).

Vê-se nesse aspecto, semelhanças com o cenário em que surge a “questão social” na Europa, ganhando também visibilidade e enfrentando medidas tomadas pelo “Estado, pela Igreja e, em menor proporção, pelo mercado; medidas visando o tratamento às demandas colocadas pela luta de classes” (SILVA, 2013, p. 268).

É neste palco que o Serviço Social se revela atuando com as expressões da “questão social” e tendo o Estado e a igreja católica como referência central enquanto base de produção, enquanto o segundo corresponde ao entendimento dos seus interesses e se organizam na luta em defesa destes.

confessional-conservadora de sua atuação em um período em que a profissão se institucionalizava (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 155-179).

Com isso, em pleno Estado Novo, é criada a primeira Escola de Serviço Social, o “Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo”, com o objetivo “[...] de tornar mais efetiva e dar maior rendimento às iniciativas e obras promovidas pela filantropia das classes dominantes paulistas sob patrocínio da Igreja e de dinamizar a mobilização do laicado” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p.168). Nesse período, a caridade e a filantropia existem com base na visão de sociedade propagada pelo liberalismo da época e a Igreja Católica “[...] vivia um processo de renovação³ no qual abandona sua postura passiva e passa a intervir concretamente nos problemas sociais [e] como meta minimizar as graves contradições postas pelo crescimento numérico do proletariado [...]” (SILVA, 2013, p. 269) da época.

Vivíamos num Brasil composto, de um lado, por uma massa de proletários famintos e miseráveis; de outro, por uma burguesia concentradora e espoliadora da riqueza socialmente produzida. Enfim, um Brasil desigual, com graves expressões da questão social. O Serviço Social emergiu dessas bases institucionais, monitorado filosoficamente pela doutrina da ação social da Igreja Católica – fundada na filosofia neotomista apontada por Aguiar (1985), propagando um discurso que pretendia criar espaços de participação das massas. Dessa maneira, transformou-se numa instituição de conduta militante contra as injustiças sociais, agregando as nossas pioneiras como parte da estratégia de garantir e avançar a ideia de recristianização da sociedade como forma de enfrentamento da questão social. (SILVA, 2013, p. 270).

Nesse período o mundo enfrentava uma grande crise, e o país, ainda no Estado Novo, reprimia a luta da classe trabalhadora, considerada uma ameaça para ordem burguesa. Vale destacar que nesse período, as políticas sociais, salientando aqui a política de assistência social, retratavam um caráter paternalista, focalizado, compenetrado no controle social. A ação do Serviço Social visava o controle social, disseminando a ideia de desenvolvimento, ordem e progresso e pautando sua intervenção em nome da caridade e se afastando da peculiaridade da “questão social”, em outras palavras, da contradição existente entre capital e trabalho.

Seguindo, nos deparamos com o movimento de reconceituação, que trataremos de forma breve, considerando que foi um importante momento na história do Serviço Social brasileiro,

³Segundo Silva (2013) até a República Velha, a Igreja se encontrava totalmente imobilizada frente à problemática social, considerando a miséria como resultante da falta de fé e do ócio e, para tanto, defendia o trabalho e a religião como cura para os males sociais. (SILVA, 2013, p. 269-270).

simbolizando mudanças fundamentais dentro da profissão, algumas delas reiterativas, outras de intenção de ruptura, segundo pensamento de Paulo Netto (1991); não obstante todas elas qualificaram, do ponto de vista teórico-metodológico, o Serviço Social latino-americano e brasileiro nas décadas de 70 e 80.

Esse movimento resultou, na sua origem, da transição do Brasil, que vivia sob um regime ditatorial, na luta pela sua redemocratização. Regime que deixou marcas profundas na sociedade brasileira e do qual a profissão tirou proveito ao questionar profundamente seus parâmetros de inserção política e social. Como contraponto dessa conjuntura, considerada por Paulo Netto (2001) “os anos de chumbo da sociedade brasileira”, a reconceituação encontrou fôlego e atualizou-se no processo de transição democrática.

O atual contexto econômico, político e cultural – neoliberalismo, mundialização, financeirização do capital e reestruturação produtiva– contribuem para reatualizar o conservadorismo tão presente nas origens da profissão.

Em linhas gerais, o neoliberalismo pode ser compreendido com base no segundo momento de grave crise do capital nos anos 1970 que atingiu o mundo capitalista, o Estado de Bem Estar Social, criado nos anos 30, onde o Estado se encarregava da promoção social e da economia, com o intuito de garantir serviços públicos e proteção à população. Este foi visto como principal responsável pelo momento econômico em que o mundo vivia, sendo necessário reconstruir o mercado e as formas em que as políticas eram executadas. Nesse momento, se discutia a retirada da participação do Estado na organização da economia, dando maior liberdade ao mercado, concedendo grande espaço e influência ao que se designou como neoliberalismo.

A intervenção estatal deveria existir somente para mediar a pobreza e para suprir as lacunas dos serviços privados, por isso, foram propostas políticas de caráter assistencialista, cujo grau de imposição tinha como objetivo evitar a geração de direitos (LAURELL, 2002), sendo assim, o neoliberalismo pode ser entendido, em grande parte, como uma atualização histórica do velho liberalismo, que visa decompor e deslegitimar as formas institucionais do movimento operário em luta para restaurar o projeto hegemônico do capital (MELIM, 2006, p. 85), acompanhado da mundialização do capital, chamada também de globalização que corresponde a prática “de todo grande grupo oligopolista voltado à produção manufatureira ou às principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta globais” (CHESNAIS, 1996, p. 17), além de ser

[...] acionada pelos grandes grupos industriais transnacionais articulados ao mundo das finanças que tem como suporte as instituições financeiras que passam a operar com o capital que rende juros (bancos, companhias de seguros, fundos de pensão, fundos mútuos e sociedades financeiras de investimento), apoiadas na dívida pública e no mercado acionário das empresas (IAMAMOTO, 2011, p. 106-107).

Ademais, seguindo com as particularidades do contexto citado a cima, a financeirização designa, em linhas gerais, a concentração do capital nas mãos de grandes grupos oligopolistas e sua atuação estratégica. “Ela resulta da superacumulação e, ainda, da queda das taxas de lucro dos investimentos industriais registrada entre os anos setenta e meados dos oitenta” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 231) e a reestruturação produtiva é o processo de consolidação do modelo flexível do trabalho industrial, pode ser chamada de capitalismo flexível, teve seu início na segunda metade do século XX e que correspondeu ao processo de flexibilização do trabalho na cadeia produtiva significando para os trabalhadores uma intensificação nos processos de trabalho e uma aceleração na desqualificação e requalificação necessárias ao atendimento das novas necessidades do trabalho (CARNEIRO J. D. P. L.; MENDONÇA M. R., 2012, p. 05).

Antunes (2001) evidencia a desregulamentação, a flexibilização e a terceirização, advindas de uma lógica societária onde o capital se vale da força de trabalho humano enquanto parcela imprescindível para a sua reprodução, como formas de transformações contemporâneas no mundo do trabalho, a partir da reestruturação produtiva.

Nesse sentido, conhecendo os traços que dão base para compreender o contexto do sistema em que vivemos, a disputa pela ressignificação da “questão social” adentrou a ordem do dia. Ainda que não possamos identificar produções contemporâneas que reforcem a concepção “à moda antiga” da “questão social”, há um conjunto de análises e produções que contribuem para a sua desistoricização e desvinculação às reflexões sobre a lei geral de acumulação capitalista, falamos aqui não somente, mas, sobretudo, da perspectiva pós-moderna⁴.

⁴Segundo Santos (2007), a pós modernidade aparece com a crise capitalista, fazendo oposição às teorias sociais modernas, desqualificando o potencial de emancipação do projeto civilizatório moderno. Além disso, “toda a construção teórico metodológica da pós modernidade, emerge a partir de determinada interpretação da realidade contemporânea marcada, sim, por significativas alterações [onde essas interpretações são] fundamentalmente aparente” (SANTOS, 2007, p. 45). Em outras palavras, na pós modernidade as análises são superficiais, não levando em conta a essência dos fatos apresentado na realidade concreta, levando à uma funcionalidade à ordem burguesa.

Ademais, é válido mencionar que concordamos com SANTOS (2012) ao justificar as aspas adotadas, visto que a “questão social” não pode alçar o estatuto de uma categoria, no sentido marxiano, como “forma de ser, determinação da existência”. Isso significa que a partir dessa tradição teórico-metodológica, a “questão social” em si não existe na realidade e, dessa forma, deve ser entendida como um conceito de natureza reflexiva e intelectual.

As categorias para serem consideradas como tais, devem, antes, ter existência concreta, real, a fim de que seja possível a sua abstração no âmbito do pensamento. Neste caso, trata-se de afirmar a existência real não da “questão social” e sim de suas expressões, determinadas pela desigualdade fundamental do modo de produção capitalista. Disto não decorre qualquer problema ou diminuição da importância da “questão social”. Apenas evidencia-se que esse conceito, em face de seus propósitos originalmente conservadores, não traz necessariamente com ele as premissas subjacentes à análise da lei geral da acumulação capitalista (SANTOS, 2012, p. 18).

Refletir profundamente o conceito de “questão social” requer uma atenção expressiva por parte do pesquisador, tendo em vista que, a pouca atenção pode nos levar ao simplismo e ao desdenho de particularidades significativas para o entendimento do conceito, principalmente no que se refere à discussão deste termo no interior da profissão de Serviço Social.

O Serviço Social vem assumindo um papel na divisão sócio técnica do trabalho, caminhando junto com o desenvolvimento do capitalismo industrial e a expansão urbana, que por conseqüente, propiciam um espaço para emergência das classes sociais⁵ que geram novas formas de produção e reprodução das relações sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 77). É dentro deste contexto conflituoso e contraditório, que a profissão se depara com o enfrentamento às expressões geradas por meio do paradoxo existente entre o capital e o trabalho, em outras palavras, é no cenário em que o capitalismo se expande em grande escala, alterando as relações sociais, que emerge a “questão social”, a qual entendemos que,

[...] não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão (IAMAMOTO; CARVALHO. 2008. p.77).

Dessa forma, os assistentes sociais passam a intervir, principalmente junto ao

⁵Para maiores reflexões sobre o entendimento a respeito das Classes Sociais, Cf. MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classes e Movimentos Sociais**. São Paulo: Cortez, 2011.

Estado, nas relações existentes entre o empresariado e a classe trabalhadora. Neste vínculo entre o Estado e o Serviço Social, o primeiro estabelece normativas no interior do mercado de trabalho e faz uso do segundo para organização e prestação de serviços sociais, em especial à classe trabalhadora, muitas vezes, por meio das políticas públicas e sociais, para o enfrentamento às expressões da “questão social”, que tendem a se intensificarem de forma significativa, nos períodos de crises econômicas e políticas.

Adentrando a isso, faz-se necessário destacar que o sistema capitalista é marcado por sucessivas crises econômicas⁶, as quais possuem um caráter eliminável dentro deste modo de produção. Com isso, as expressões da “questão social” e seu enfrentamento, sofrem alterações de acordo com as características de cada crise, o que é diferente de afirmar que a “questão social” sofre alteração, pois, o elemento estrutural que a gerou, permanece sendo o mesmo.

[...] a centralidade do MPC [...] fundada na contradição entre capital e trabalho, manifesta-se no cotidiano de diversas formas – questões de gênero, étnicas, comunitárias, dentre uma infinidade de possibilidades, sempre crescente e em processo de mudança (pois as manifestações da ‘questão social’ não permanecem imutáveis). O fundamento estrutural (a exploração de uma classe por outra, sustentada no fato de o produtor estar separado, alienado, dos meios para produzir), que constitui o que chamamos de ‘questão social’ [...] (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 117).

É neste campo que surgem as diferentes correntes sobre a “questão social”, onde alguns autores (as) como Pastorini (2004) e Santos (2014) situam a questão social na atualidade como uma velha questão social, que não teve seu elemento estrutural alterado, enquanto outros (as) como Rosavallon (1998) e Castel (1998) a situam como uma nova questão social. Mesmo com o debate não sendo hegemônico, todos possuem consenso no que se refere a gênese deste conceito, contribuindo teoricamente para uma análise mais aprofundada sobre a “questão social”.

Podemos afirmar que cada momento histórico do desenvolvimento do capitalismo assumiu estratégias particulares de enfrentamento das expressões da “questão social”. Se

⁶O modo de produção capitalista se desenvolve de forma contraditória apresentando fases de expansão e prosperidade, superprodução, crise e depressão e finalmente recuperação econômica. Suas crises e superações não são sinônimos de doença ou fracasso neste modo de produção, pelo contrário, elas fazem parte do próprio desenvolvimento capitalista e são motivadoras da recuperação da estabilidade econômica e da retomada da taxa de lucro (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 181-182). Para maiores reflexões sobre as crises econômicas no sistema capitalista, Cf. NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007, p. 156-167.

durante a fase concorrencial do capitalismo, as classes reduziram suas intervenções a filantropia ou como caso de polícia, o capitalismo contemporâneo apresentará novas configurações e ações para esses enfrentamentos. “O que importa aqui ressaltar é que em cada época do desenvolvimento capitalista, a ‘questão social’ apresenta refrações em consonância com as determinações próprias da exploração capitalista e de acordo com o modelo de produção desenvolvido nesse período” (SERRA, 2000, p. 171).

3. CONCLUSÃO

Considera-se que esta pesquisa é o início de um trabalho muito maior no que se refere a entender a questão social atrelada a formação social do Brasil. Aqui só foi possível discorrer sobre alguns elementos base para a compreensão do exercício profissional do Serviço Social, mas há necessidade de ir além nesses estudos, tendo em vista que as “questão social” é o objeto de trabalho desta categoria profissional e conhecer este objeto é substancial para uma atuação ancorada no Projeto Ético Político da profissão.

Observa-se por meio deste estudo que a “questão social” é inerente ao modo de produção e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários e interesses de classe. Dessa maneira afirmamos que a questão social é parte constitutiva das relações capitalistas, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais (IAMAMOTO, 2000, p. 10). Assim sendo, é necessário a compreensão de que as relações sociais são diretamente alteradas de acordo com as condições de trabalho dentro do modo de produção capitalista.

Isto posto, conclui-se que o texto apresentado é o ponto de partida crucial para entender o desenvolvimento da “questão social” e do Serviço Social no Brasil e no mundo. Os elementos aqui apresentados são indispensáveis para a profissão, mas ainda não são suficientes, principalmente no que se refere a formação social do Brasil, pois neste contexto, muitos povos e regiões são ignoradas na história e a pesquisa sobre a formação do país fica incompleta e infiel com a realidade.

Para novos voos, buscaremos incluir a história dos povos tradicionais ao trazer o contexto histórico do país e associar com a “questão social”, para assim, ter uma maior

proximidade com o real.

Enquanto isso, lutemos, como diz Mészáros, por uma sociedade para além do capital.

4. REFERÊNCIAS

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.* São Paulo: Cortez.1998.

CHESSAIS, F. *A mundialização do capital.* São Paulo: Xamã, 1996.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil.* 26 ed. São Paulo. Companhia das Letras. 1995.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social.* 6. ed., São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo; Lima, Peru: Cortez; CELATS, 2008.

MELIM, Juliana Iglesias. **A participação popular no conselho de direitos da criança e do adolescente de Vitória:** promessa ou realidade? 2006. 204 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, “Questão Social” e seu enfrentamento.** São Paulo, Serviço Social e Sociedade, n. 110, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/MXPc4rLkBSzfxQGv5DQgWsh/?lang=pt&format=pdf>>. Último acesso em: 14 de jul. de 2022.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”** In: Revista Temporalis. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2006. 334 p.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PRADO JUNIOR, C. A Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

ROSANVALLON, Pierre. **A Nova Questão Social**: repensando o Estado Providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SANTOS, Edilene Pimentel. A questão social em debate. **Praia Vermelha**: revista de Estudos de Política e Teoria Social do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFRJ, Rio de Janeiro, n.10, 1 semestre, 2004.

SANTOS, Josiane Soares. **"Questão Social"**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. 6 v.

SERRA, Rose Mary Sousa. A questão social hoje. In: **Revista Ser Social**. n. 6. Brasília: UnB, 2000.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. Questão Social e Serviço Social na Formação Sócio-Histórica Brasileira. **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS**, Brasília, n. 25, p.261-278, jan/jun, 2013. Semestral.